

COMITÊ DE FINANCIAMENTO E GARANTIA DAS EXPORTAÇÕES - COFIG
ATA DA 140ª REUNIÃO ORDINÁRIA
25.08.2016

Para efeitos da Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/2011), o acesso à presente Ata é público, ressalvadas as informações indicadas como reservadas, com base no inciso II do art. 23 da referida Lei, bem como as hipóteses de sigilo conforme inciso I do art. 6º do Decreto nº 7.724/2012, especialmente o sigilo comercial.

Às dez horas do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Secretaria Executiva do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, na Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 8º andar - sala 801, em Brasília (DF), foi realizada a 140ª Reunião Ordinária do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG, sob a presidência do Sr. Fernando de Magalhães Furlan, Secretário Executivo do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Presidente do COFIG, com a participação dos seguintes Membros: Sr. Guilherme Laux, representante suplente do Ministério da Fazenda e representante da Secretaria-Executiva do COFIG; Sr. Rodrigo de Azeredo Santos, representante suplente do Ministério das Relações Exteriores; Sra. Sheila Ribeiro Ferreira, representante suplente da Casa Civil da Presidência da República; Sr. Fabio Marvulle Bueno, representante, sem direito a voto, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e o Sr. Adriano Pereira de Paula, representante suplente da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Como convidados, participaram da reunião o Sr. Carlos Frederico Braz de Souza, representando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; o Sr. Paulo Eduardo Guimarães e a Sra. Alessandra Aranda, representando o Banco do Brasil S.A.; e os Srs. Marcelo Pinheiro Franco e Fernando Vitor dos Santos Sawczuk, representando a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente do COFIG deu início à reunião, que tinha como objetivo deliberar sobre a seguinte pauta:

MÓDULO I - ASSUNTOS GERAIS

1) Para Deliberação

1.1) Ata da 139ª Reunião Ordinária, realizada em 28.07.2016.

1.2) COFIG: Lei de Acesso à Informação - LAI - Critérios para preservação de informações sigilosas das atas do Comitê - Alterações

2) Para Conhecimento

2.1) PROEX: Execução Orçamentária - Julho/2016.

2.2) COFIG: Apresentação sobre o desempenho do PROEX e do FGE/SCE.

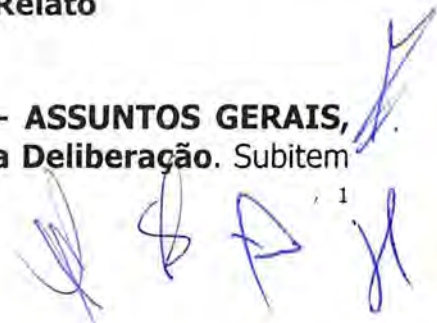
2.2.1) PROEX: Desempenho do Programa no primeiro semestre/2016

2.2.2) FGE/SCE: Desempenho do Seguro de Crédito à Exportação no primeiro semestre/2016 e avaliação do primeiro ano de cobertura de operações de MPME efetuadas pelo Ministério da Fazenda/SAIN.

2.3) FGE/SCE: Visão dos exportadores sobre o FGE/SCE - Relato

2.4) COFIG: Monitoramento de Crédito - Relato

O Presidente do COFIG iniciou os trabalhos com o **MÓDULO I - ASSUNTOS GERAIS**, submetendo à apreciação dos Membros do Comitê o item **1 - Para Deliberação**. Subitem





1.1 - COFIG - Ata da 139ª Reunião Ordinária do COFIG, realizada em **28.07.2016**. **Decisão do COFIG: Aprovou a Ata da 139ª Reunião Ordinária, realizada em 28.07.2016.** Subitem **1.2 - COFIG: Lei de Acesso à Informação - LAI - Critérios para preservação de informações sigilosas as atas do Comitê - Alterações** - O representante da Secretaria Executiva do COFIG apresentou proposta de alteração dos critérios para preservação de informações sigilosas constante das atas do Comitê. Informou que tal proposta foi elaborada com base em sugestões da Embraer, após reunião realizada com exportadores sobre os procedimentos de *compliance* e classificação de informações no âmbito da Lei de Acesso à Informação - LAI. Destacou que passaram a ser preservadas informações referentes a percentuais da parcela à vista, da parcela financiada, da parcela equalizável, bem como a forma de pagamento da equalização, risco coberto e percentual de cobertura nas operações envolvendo exportação de bens. Ressaltou ainda que foi feita uma classificação específica para operações do setor de defesa e que os critérios relacionados a serviços não foram alterados. Por fim, informou que essa era uma etapa para conferir maior transparência aos atos do Comitê em relação às operações aprovadas, e que a Secretaria Executiva pretendia dar maior publicidade às operações depois de concretizadas. **Decisão do COFIG: Aprovou as alterações dos critérios apresentados pela Secretaria Executiva do Comitê, para a disponibilização de documentos e informações solicitadas pelo público em geral, ao amparo da Lei de Acesso à informação - LAI.** Item **2 - Para Conhecimento.** Subitem **2.1 - PROEX: Execução Orçamentária - Julho/2016.** A representante do Banco do Brasil S.A. apresentou planilhas sobre o orçamento aprovado para o ano corrente, posição em 29 de julho de 2016, com as seguintes informações: PROEX/Equalização (Fonte 144): a) limite de contratação: do limite de contratação previsto para 2016 (R\$ 1,5 bilhão), foram contratados R\$ 498,98 milhões, resultando em um saldo para novas contratações de R\$ 1,001 bilhão; b) execução orçamentária: até o momento, houve a execução financeira de R\$ 385,99 milhões, resultando em uma disponibilidade orçamentária de R\$ 1,61 bilhão. Em um comparativo com o período de janeiro a julho do ano anterior, constatou-se que a execução financeira caiu 10%, considerando os valores em reais, e, 25%, considerando os valores em dólares; c) passivo: o total do passivo contratado para os próximos 6 anos era de US\$ 799,47 milhões, dos quais 53,4% (US\$ 427,04 milhões) estão previstos para 2016. Em relação à modalidade Financiamento (Fonte 160), registrou que: a) limite de contratação: do limite previsto para 2016 (R\$ 1,75 bilhão), foram contratados R\$ 742,57 milhões, resultando em um saldo para contratação de R\$ 1,007 bilhão; b) execução orçamentária: até 29.07.2016, houve a execução financeira de R\$ 1,007 bilhão, sendo R\$ 257,64 milhões da modalidade concessional (em exercícios anteriores) e R\$ 749,37 milhões de créditos não concessionais (R\$ 576,89 milhões de exercícios anteriores e R\$ 172,48 milhões de 2016), resultando em uma disponibilidade orçamentária de R\$ 1,192 bilhão. Em um comparativo com o período de janeiro a julho do ano anterior, constatou-se que a execução financeira cresceu 51%, considerando os valores em reais, e, 19%, considerando os valores em dólares. c) passivo: o total do passivo contratado para os próximos 4 anos foi de US\$ 616,05 milhões, dos quais 73% (US\$ 447,51 milhões) estão previstos para 2016. **COFIG: Tomou conhecimento das informações apresentadas pelo Banco do Brasil S.A. e pela Secretaria do Tesouro Nacional, relativas à execução orçamentária do PROEX em julho de 2016.** Subitem **2.2 - COFIG: Apresentação sobre o desempenho do PROEX e do FGE/SCE.** Subitem **2.2.1 - PROEX: Desempenho do programa no primeiro semestre/2016.** O representante do Banco do Brasil apresentou uma avaliação do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX, em que são comparados indicadores do primeiro semestre de 2015 com o primeiro semestre de 2016. A

apresentação foi dividida em quatro partes: na primeira, aquele representante traçou paralelos, de forma resumida, entre o desempenho das exportações brasileiras e o desempenho do programa; na segunda, tratou sobre o PROEX/Financiamento, sob as perspectivas financeira e orçamentária; na terceira, tratou sobre o PROEX/Equalização, sob as mesmas perspectivas; e na quarta, apresentou ações de divulgação e pesquisa relacionadas ao PROEX desenvolvidas pelo banco. Em sua análise, ao tratar do PROEX/Financiamento, destacou que, comparando o primeiro semestre do ano corrente com o do ano anterior, houve incremento de 20% do desembolso, contabilizando-se os valores em dólares americanos. Além disso, os dados indicaram uma elevação da participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) e uma diversificação dos destinos das exportações apoiadas. Acerca do PROEX/Equalização, informou que houve uma redução de 14% na emissão das Notas do Tesouro Nacional - Série "I", tomando os valores em dólares americanos, para o que apresentou como possíveis explicações a diminuição do *spread* máximo praticado (de 2,5% para 1,5%) e a retração do apoio ao setor de serviços. Por outro lado, as exportações apoiadas pelo Programa cresceram 2,6%, o que significa que exportou-se mais com dispêndio menor de equalização do PROEX. Ademais, mostrou que houve redução do número de exportadores apoiados e manutenção da quantidade de bancos financiadores. Finalizando a apresentação, divulgou ações de destaque realizadas pelo banco, como a Jornada do Exportador, as Jornadas PROEX e a aplicação de pesquisas sobre o PROEX, tanto na modalidade Financiamento, quanto na modalidade Equalização, junto ao mercado exportador. **COFIG: Tomou conhecimento da avaliação do PROEX no primeiro semestre de 2016, efetuada pelo Banco do Brasil S.A. e pela Secretaria do Tesouro Nacional.** Subitem 2.2.2 - **FGE/SCE: Desempenho do Seguro de Crédito à Exportação no primeiro semestre/2016 e avaliação do primeiro ano de cobertura de operações de MPME.** O representante do Ministério da Fazenda/SAIN apresentou os principais números do Seguro de Crédito à Exportação - SCE no primeiro semestre de 2016, abordando tópicos como aprovação e concretização de operações por setores, bancos financiadores e regiões, além de tópicos relacionados ao primeiro ano de cobertura de operações para MPME e procedimentos de *compliance*. A respeito das operações de médio e longo prazo, divulgou que, considerando o período de 2009 até o primeiro semestre de 2016, a média anual do valor de operações aprovadas foi de USD 6,85 bilhões e de operações concretizadas, USD 3,35 bilhões. Ademais, informou que, no primeiro semestre de 2016, considerando o volume de operações aprovadas e concretizadas, contabilizado em dólares norte-americanos, o principal financiador foi o BNDES; o principal setor, transporte aéreo de passageiros; e o principal destino, os Estados Unidos da América. Acerca da cobertura de operações para MPME, mostrou que o percentual de concretizações é baixo diante do número de aprovações e que, nas exportações de empresas desse porte, destacaram-se a Bolívia, como principal destino, e o ramo de máquinas, como principal setor. Além disso, informou que, no primeiro semestre de 2016, foram indeferidas 40,6% das operações, sendo a ausência de informações contábeis o principal motivo de indeferimento. Passando a tratar da avaliação do primeiro ano de cobertura de operações para MPME, pontuou que a média de prêmio cobrado por operação foi de 0,63% do valor exportado e que a sistemática de cobrança necessitava de uma recalibragem, a fim de fazer face, com mais robustez, aos riscos assumidos pela União nessas operações. Finalizando a exposição, aquele representante divulgou números relativos aos procedimentos de *compliance*, entre os quais o de que 57% das diligências-padrão realizadas a partir de 1º de março de 2016 haviam sido concluídas. **COFIG: Tomou conhecimento das avaliações do Seguro de Crédito à Exportação no primeiro semestre de 2016 e do primeiro ano de cobertura de operações de MPME,**

efetuadas pelo Ministério da Fazenda/SAIN. Subitem 2.3 - FGE/SCE: Visão dos exportadores sobre o FGE/SCE - Relato. O representante do Ministério da Fazenda/SAIN efetuou relato sobre os resultados da pesquisa realizada com exportadores sobre o SCE, com o objetivo de melhorar sua interface e aperfeiçoar as rotinas internas para concessão do seguro. Em sua exposição, apresentou a metodologia adotada na pesquisa, bem como o perfil das empresas consultadas. Divulgou também algumas críticas ao processo de concessão do seguro, como elevado grau de exigência por parte do MF/SAIN e do COFIG para aprovação de operações e necessidade de maior divulgação das regras operacionais de apoio oficial à exportação. Por fim, informou algumas sugestões apresentadas, para reflexão do Comitê, como determinação de prazos e datas máximas de cada etapa do processo, oferecimento de alternativas à *collateral account* de 20% e uniformização do mecanismo de solicitação de informações por parte dos agentes BB, BNDES e ABGF. **COFIG: Tomou conhecimento dos resultados da pesquisa com exportadores a respeito do Seguro de Crédito à Exportação, realizada pelo Ministério da Fazenda/SAIN. Subitem 2.4 - COFIG: Monitoramento de Crédito - Relato.** O representante do Ministério da Fazenda/SAIN efetuou relato sobre o monitoramento, em curso no âmbito do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE), de créditos oficiais referentes aos seguintes países que apresentam alguma dificuldade de pagamento: Venezuela, Moçambique, Angola e Zimbábue. Em seguida, aquele representante informou os principais assuntos tratados na 37ª Reunião Ordinária do COMACE, quais sejam: o envio ao Senado Federal da negociação com a Nicarágua, a questão dos atrasos da República do Congo (Brazzaville) e a entrada da Casa Civil e da Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial - SGEC, do Ministério das Relações Exteriores, como novos membros do Comitê, e da ABGF e do BNDES, na condição de técnicos sem direito a voto. **COFIG: Tomou conhecimento do relato efetuado pelo Ministério da Fazenda/SAIN sobre o monitoramento de créditos oficiais, em curso no âmbito do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - COMACE**


Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata.



Guilherme Laux


Sheila Ribeiro Ferreira



Rodrigo de Azeredo Santos


Adriano Pereira de Paula


Fernando de Magalhães Furlan
Presidente do COFIG